

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de dezembro de 2013 59,71% das ações da sociedade. Os 40,25% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 2013 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. A Portobello Shop possui uma rede com 114 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.

Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2014.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas, Portobello América, Inc. , PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda, Portobello Shop S/A e Mineração Portobello Ltda são 100 - 99,9 - 99,9 e 99,7 respectivamente em 31 de dezembro de 2013.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas nº 34 e nº 35.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, bem como “caixa e equivalentes de caixa”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
-

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação detalhada na nota explicativa 19.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 20, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2013 estão próximos do valor justo.

3.12 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.13 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos

são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas,

assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.18 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.19 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 30.

3.20 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.23 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 36.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.24 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.25 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.26 Novas normas contábeis

Uma série de novas normas e alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 não foram consideradas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionados abaixo. O Grupo não planeja adotar antecipadamente esta norma.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O IFRS 9 é aplicável somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

3.27 Reclassificação das demonstrações financeiras

Na apresentação da Demonstração do Valor Adicionado, referente as Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reapresenta o saldo de lucros retidos, e demonstra os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio, destinados em 2012, de modo a permitir a comparabilidade entre as informações contábeis. Em conformidade com o CPC 26(R2), a Companhia não está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a reclassificação retrospectiva não tem nenhum impacto sobre o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2012.

A reclassificação efetuada na apresentação da Demonstração do Valor Adicionado de 31 de dezembro de 2012 segue demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	Reclassificação	Saldo ajustado	31 de dezembro de 2012	Reclassificação	Saldo ajustado
Remuneração de capitais próprios	65.664	15.595	65.664	65.675	15.595	65.675
Juros sobre o capital próprio	-	1.853	1.853	-	1.853	1.853
Dividendos	-	13.742	13.742	-	13.742	13.742
Lucros retidos	65.664	-	50.069	65.664	-	50.069
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	-	11	-	11

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal,

observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 e março de 2013 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira e segunda parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22(i). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial

decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	24.254	18.183	24.254	18.183
Créditos com controladas	47.962	41.839	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(47.649)	(41.496)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(40.808)	(22.205)	(40.808)	(22.205)
Empréstimos e financiamentos	(17.551)	(48.006)	(17.551)	(48.006)
Comissões	(1.181)	(815)	(1.181)	(815)
Passivos líquidos expostos	(34.973)	(52.500)	(35.286)	(52.843)

	Em euro				Em dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber	341	176	341	176	8.082	6.907	8.082	6.907
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.340)	(20.306)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(2.050)	(1.305)	(2.050)	(1.305)	(14.596)	(9.145)	(14.596)	(9.145)
Empréstimos e financiamentos	(88)	(265)	(88)	(265)	(7.371)	(23.143)	(7.371)	(23.143)
Comissões	(61)	(23)	(61)	(23)	(420)	(372)	(420)	(372)
	(1.858)	(1.417)	(1.858)	(1.417)	(14.171)	(25.585)	(14.305)	(25.753)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações. Neste exercício a exposição foi equivalente 6 meses.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	90.277	1.007	152.521	17.674	74.667	917	120.541	22.029
Entre um e dois anos	156.043	476	15.966	19.947	17.507	1.274	-	26.377
Entre dois e cinco anos	46.996	-	-	29.922	72.356	209	-	28.251
Acima de cinco anos	2.545	-	-	48.213	2.290	-	-	54.933
Total	295.861	1.483	168.487	115.756	166.820	2.400	120.541	131.590

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	90.277	1.007	153.922	18.080	74.667	917	121.532	22.961
Entre um e dois anos	156.043	737	15.966	20.055	17.500	1.274	-	26.809
Entre dois e cinco anos	47.962	-	-	30.084	72.328	209	-	28.404
Acima de cinco anos	2.545	-	-	48.477	3.240	-	-	55.233
Total	296.827	1.744	169.888	116.696	167.735	2.400	121.532	133.407

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2013 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 9,77% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Operação	31 de dezembro de 2013	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 101,70% CDI)	50.681	Baixa CDI	9,77%	5.041	7,33%	3.780	4,89%	2.520
Total	50.681			5.041		3.780		2.520
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(9.872)	Alta CDI	9,77%	(964)	12,21%	(1.206)	14,66%	(1.447)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(58.476)	Alta CDI	9,77%	(5.713)	12,21%	(7.141)	14,66%	(8.570)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(50.354)	Alta CDI	9,77%	(4.920)	12,21%	(6.149)	14,66%	(7.379)
Empréstimos - BNDES	(32.251)	Alta TJLP	5,00%	(1.613)	6,25%	(2.016)	7,50%	(2.419)
Total	(150.953)			(13.210)		(16.512)		(19.815)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2013 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2013	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	24.254	2,3426	-	2,9283	6.064	3,5139	12.127
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(40.808)	2,3426	-	2,9283	(10.202)	3,5139	(20.404)
Empréstimos e financiamentos	(17.551)	2,3426	-	2,9283	(4.388)	3,5139	(8.776)
Comissões	(1.181)	2,3426	-	2,9283	(295)	3,5139	(591)
Passivos líquidos expostos	(35.286)	2,3426	-	2,9283	(8.821)	3,5139	(17.644)

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimos e financiamentos	292.168	165.600	293.134	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	115.756	131.590	116.696	133.407
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(55.389)	(56.576)	(57.677)	(58.870)
Créditos com outras pessoas ligadas	(94.540)	(100.398)	(94.540)	(100.398)
Dívida líquida	257.995	140.216	257.613	140.654
Total do patrimônio líquido	191.849	127.119	191.857	127.127
Total do capital	449.844	267.335	449.470	267.781
Índice de alavancagem financeira (%)	57	52	57	53

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 147.914 em 31 de dezembro de 2013. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 02 de julho de 2013 a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento da nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL).

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	55.389	56.576	57.677	58.870
Contas a receber de clientes	158.522	137.626	163.801	142.678
Total	213.911	194.202	221.478	201.548
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	152.441	120.122	153.842	121.113
Empréstimos e financiamentos	292.168	165.600	293.134	166.515
Parcelamento de obrigações tributárias	115.756	131.590	116.696	133.407
Total	560.365	417.312	563.672	421.035

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Conta corrente	6.410	3.155	6.979	3.655
Aplicações financeiras	48.979	53.421	50.698	55.215
Total	55.389	56.576	57.677	58.870

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em 2013 foi equivalente a 100,80% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) abaixo e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, em 31 de dezembro de 2013 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% ao ano. As amortizações são semestrais.

O valor atualizado da operação foi registrado no passivo circulante no montante de R\$ 60 e a parcela reconhecida no resultado em 31 de dezembro de 2013 totaliza uma perda de R\$ 161 (ganho de R\$ 39 em 31 de dezembro de 2012).

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	133.795	118.935	139.074	123.999
Clientes - mercado externo	24.254	18.183	24.254	18.183
	158.049	137.118	163.328	142.182
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.045	1.417	1.045	1.417
	1.045	1.417	1.045	1.417
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(520)	(882)	(520)	(894)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(52)	(27)	(52)	(27)
	(572)	(909)	(572)	(921)
Total	158.522	137.626	163.801	142.678

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	882	894
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	(362)	(375)
Em 31 de dezembro de 2013	520	520

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e

respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	150.724	150.724	-	-	125.911	125.700	-	211
Vencidos até 30 dias	6.027	-	6.027	-	10.846	-	10.834	12
Vencidos de 31 a 90 dias	1.286	-	1.276	10	759	-	727	32
Vencidos de 91 a 360 dias	978	-	652	326	819	-	307	512
Vencidos há mais de 360 dias	79	-	(105)	184	200	-	85	115
Total	159.094	150.724	7.850	520	138.535	125.700	11.953	882

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2012	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	155.936	155.936	-	-	130.850	130.639	-	211
Vencidos até 30 dias	6.047	-	6.047	-	10.918	-	10.906	12
Vencidos de 31 a 90 dias	1.319	-	1.309	10	760	-	728	32
Vencidos de 91 a 360 dias	992	-	666	326	871	-	347	524
Vencidos há mais de 360 dias	79	-	(105)	184	200	-	85	115
Total	164.373	155.936	7.917	520	143.599	130.639	12.066	894

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2013, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 57.065 (R\$ 63.229 em 31 de dezembro de 2012).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Produtos acabados	135.728	96.460	135.909	96.636
Produtos em processo	6.808	7.826	6.808	7.826
Matérias-primas e materiais de consumo	14.851	11.174	14.851	11.174
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(5.402)	(5.505)	(5.402)	(5.568)
Importações em andamento	25.681	9.977	25.681	9.977
Total	177.666	119.932	177.847	120.045

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Adiantamento a fornecedores	11.388	2.156	9.975	954
Mercado interno	11.170	2.112	9.757	910
Mercado externo	218	44	218	44
Total	11.388	2.156	9.975	954

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
ICMS	5.006	530	5.006	540
IPI	1.313	820	1.313	820
IRPJ/CSLL	10.522	-	10.978	459
Outros	440	100	586	245
Total	17.281	1.450	17.883	2.064
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	3.400	1.682	3.400	1.682
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	484	-	484	-
Total	3.884	1.682	3.884	1.682

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de dezembro de 2013 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado.

Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2013, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 94.540 (R\$ 100.398 em 31 de dezembro de 2012) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito. A Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato. Já a segunda parcela no valor de R\$ 9.824, a Companhia recebeu em março de 2013. A terceira parcela foi depositada em juízo e a Refinadora esta postulando o levantamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cível	16.030	43	16.030	43
Trabalhista	2.657	6.450	2.657	6.487
Tributária	2.034	1.964	2.034	1.964
Total	20.721	8.457	20.721	8.494

A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Razão pela qual o saldo de depósito judicial cível apresenta aproximadamente R\$ 16 milhões reclassificados em 31 de dezembro de 2013, compondo além desta rubrica, também de fornecedores no não circulante conforme nota explicativa 21.b. No terceiro trimestre de 2013 houve a baixa de processo judicial trabalhista no montante de R\$ 5.559, em razão de liquidação pecuniária da reclamação trabalhista (nota explicativa 21.a). Ambos os casos não impactaram o resultado da Companhia, pois já estavam reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e na ocasião também foram baixados.

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 43.555 (R\$ 36.819 em 31 de dezembro de 2012).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é lucro real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no passivo circulante em contas redutoras dos valores de IRPJ e CSLL a pagar. Esta forma de contabilização foi adotada a partir de 2012, sendo que em 2011 os pagamentos por estimativa foram registrados no ativo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda	7.156	-	7.565	413	-	(2.564)	(339)	(3.045)
Contribuição social	3.366	-	3.413	46	-	(924)	(122)	(1.097)
Total	10.522	-	10.978	459	-	(3.488)	(461)	(4.142)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base

em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	12.198	24.867
Base negativa de CSLL	160	-
Diferenças temporárias ativas	12.038	24.867
Portobello previdência	(2.381)	(246)
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.553	2.377
Provisão para contingências	6.966	6.126
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	-	11.171
Provisão para devedores duvidosos	177	300
Provisão participação nos lucros	2.030	1.775
Provisão incentivo de longo prazo	1.995	740
Outras diferenças temporárias ativas	1.698	2.624
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(41.352)	(41.176)
Diferenças temporárias passivas	(41.352)	(41.176)
Realização da reserva de reavaliação	(17.396)	(17.933)
Recebíveis da Eletrobrás	(14.809)	(12.518)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.725)	(4.376)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.686)	(1.231)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(27)	(142)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.464)	(4.639)
Variações cambiais pelo regime de caixa	1.755	(337)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(29.154)	(16.309)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2013 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2012	(16.309)
Base negativa da CSLL	160
Diferenças temporárias ativas	(12.830)
Diferenças temporárias passivas	(712)
Reserva de reavaliação	537
Em 31 de dezembro de 2013	(29.154)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	Acumulado	
	31 de	31 de
	dezembro de	dezembro de
	2013	2012
	Debitado (creditado)	
	ao resultado	
Ativo de imposto diferido		
Prejuízos fiscais	-	(6.477)
Base negativa de CSLL	160	-
Portobello previdência	(2.135)	(1)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(824)	(622)
Provisão para contingências	840	680
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	(11.171)	3.015
Provisão para devedores duvidosos	(123)	(628)
Provisão participação nos lucros	255	1.775
Provisão para incentivo de longo prazo	1.255	740
Outras diferenças temporárias ativas	(926)	1.108
Total	(12.669)	(410)
Realização da reserva de reavaliação	537	537
Recebíveis da Eletrobrás	(2.291)	(1.958)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(349)	(357)
Ajuste a valor presente - Prodec	(455)	221
Ajuste a valor presente de fornecedores	115	67
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	175	139
Variações cambiais pelo regime de caixa	2.092	1.145
Total	(176)	(206)
	(12.845)	(616)

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos. Em 2013 a Companhia utilizou base negativa de CSLL para quitar parte de um parcelamento tributário, no montante de R\$ 896, conforme detalhado na nota explicativa 23b). A diferença ocorrida entre a variação dos saldos de tributos diferidos no Balanço Patrimonial do exercício citado e os valores contabilizados como tributos diferidos no resultado, refere-se ao referido pagamento.

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	de 2013	de 2012	de 2013	de 2012
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(8.855)	(23.091)	(16.591)	(29.408)
Imposto diferido				
Geração de diferenças temporárias ativas (passivas)	(11.947)	(616)	(11.947)	(616)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.802)	(23.707)	(28.538)	(30.024)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro antes do imposto	111.298	89.371	119.124	95.172
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(37.843)	(30.386)	(41.512)	(32.358)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	4.528	3.531	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	3.786	831	3.753	583
Depreciação de ativos reavaliados	(537)	(537)	(537)	(537)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	21.211	3.470	21.705	2.904
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.947)	(616)	(11.947)	(616)
Encargo fiscal	(20.802)	(23.707)	(28.538)	(30.024)
Aliquota efetiva	18,7%	26,5%	23,9%	31,5%

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 13.896 (R\$ 12.872 em 31 de dezembro de 2012).

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões atualizados até dezembro de 2009 nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2012	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	31 de dezembro de 2013
Provisão para perdas em investimentos								
Portobello América Inc.	(47.649)	(75)	100%	(41.496)	(6.078)	(75)	-	(47.649)
PBTech Ltda.	(6.738)	(1.810)	99,94%	(4.927)	-	(1.809)	-	(6.736)
Mineração Portobello Ltda.	(844)	62	99,76%	(907)	-	61	-	(846)
				(47.330)	(6.078)	(1.823)	-	(55.231)
Investimentos - Participação em controladas								
Portobello Shop S.A.	480	15.149	99,90%	480	-	15.134	(15.134)	480
				480	-	15.134	(15.134)	480
Total investimento em controladas				(46.850)	(6.078)	13.311	(15.134)	(54.751)

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante, conforme intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	355	41.851	425	527
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.498	6.426	1.115	(1.363)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.813	8.333	51.530	11.073
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	457	1.363	2.168	149
Em 31 de dezembro de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	327	47.976	-	(75)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.966	8.704	5.700	(1.810)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.775	8.295	55.255	15.134
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	891	1.735	2.707	62

19 Imobilizado**a) Composição**

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	11.111	12.518
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	118.934	(18.973)	99.961	82.836	100.075
Máquinas e equipamentos	7%	363.102	(223.693)	139.409	78.986	139.409
Móveis e utensílios	10%	8.525	(7.565)	960	951	1.045
Computadores	20%	14.061	(12.359)	1.702	1.616	1.747
Outras imobilizações	20%	219	(204)	15	30	540
Imobilizações em andamento (a)		10.236	-	10.236	10.311	10.238
Total		527.218	(262.794)	264.424	185.841	265.572

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 30g).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 até a presente data.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora									
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2013
Terrenos	11.111	-	-	-	-	11.111	1.030	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	80.366	-	5.291	(2.821)	-	82.836	-	20.307	(3.182)	99.961
Máquinas e equipamentos	70.314	846	19.669	(11.843)	-	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409
Móveis e utensílios	1.026	121	18	(214)	-	951	229	-	(220)	960
Computadores	1.389	668	-	(441)	-	1.616	611	-	(525)	1.702
Outras imobilizações	48	-	-	(18)	-	30	-	-	(15)	15
Imobilizações em andamento	13.058	22.560	(24.978)	-	(329)	10.311	92.482	(92.557)	-	10.236
	177.312	24.195	-	(15.337)	(329)	185.841	95.291	-	(16.708)	264.424

	Consolidado									
	31 de dezembro de 2011	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2013
Terrenos	11.488	-	-	-	-	11.488	1.030	-	-	12.518
Edificações e benfeitorias	80.523	-	5.291	(2.829)	-	82.985	-	20.307	(3.217)	100.075
Máquinas e equipamentos	70.314	846	19.669	(11.843)	-	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409
Móveis e utensílios	1.156	129	18	(242)	-	1.061	231	-	(247)	1.045
Computadores	1.406	709	-	(447)	-	1.668	617	-	(538)	1.747
Outras imobilizações	107	-	-	(18)	-	89	-	466	(15)	540
Imobilizações em andamento	13.058	23.450	(24.978)	-	(751)	10.779	92.482	(93.023)	-	10.238
	178.052	25.134	-	(15.379)	(751)	187.056	95.299	-	(16.783)	265.572

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Custo dos produtos vendidos	14.987	13.898	14.987	13.898
Despesa comercial	1.167	950	1.220	988
Despesa administrativa	554	489	576	493
Total	16.708	15.337	16.783	15.379

20 Intangível

a) Composição

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.150)	208	311	208	311
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(750)	250	450	746	457
Marcas e patentes		150	-	150	150	150	152
Fundo de comércio		-	-	-	-	190	190
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(1.437)	17.450	14.209	17.450	14.209
Total		32.395	(14.337)	18.058	15.120	18.744	15.319

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações
Softwares	451	-	(140)	311	-	(103)
Direito exploração de jazidas	650	-	(200)	450	-	(200)
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	14.209	4.666	(1.425)
	4.658	10.814	(352)	15.120	4.666	(1.728)

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2011	Adições	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	Baixas
Softwares	451	-	(140)	-	311	-	(103)	-
Direito exploração de jazidas	659	-	(202)	-	457	511	(222)	-
Marcas e patentes	152	-	-	-	152	-	-	(2)
Fundo de comércio	80	210	-	(100)	190	-	-	-
Sistema de gestão	3.407	10.814	(12)	-	14.209	4.666	(1.425)	-
	4.749	11.024	(354)	(100)	15.319	5.177	(1.750)	(2)

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	de 2013	de 2012	de 2013	de 2012
Custo dos produtos vendidos	420	241	440	243
Despesa comercial	781	14	781	14
Despesa administrativa	527	97	529	97
Total	1.728	352	1.750	354

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Sistema de gestão (a)	Total
2014	71	302	3.678	4.051
2015	48	152	3.678	3.878
2016	40	102	3.678	3.820
2017	40	102	3.678	3.820
2018	9	88	2.738	2.835
Total	208	746	17.450	18.404

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 340 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante				
Fornecedores				
Mercado interno (a)	111.606	98.292	113.007	99.283
Mercado externo	40.915	22.249	40.915	22.249
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(80)	(419)	(80)	(419)
	<u>152.441</u>	<u>120.122</u>	<u>153.842</u>	<u>121.113</u>
Não circulante				
Fornecedores				
Mercado interno (a)	15.966	-	15.966	-
	<u>15.966</u>	<u>-</u>	<u>15.966</u>	<u>-</u>
Total	168.407	120.122	169.808	121.113

(a) Refere-se à provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 13

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+6,20% a.a. ¹	1.547	5.877	1.547	5.877
Pré-pagamento e ACC (a)		VC+4,25% a.a. ¹	1.481	2.640	1.481	2.640
FINIMP (b)		VC+1,94% a.a. ¹	2.730	36.814	2.730	36.814
Total moeda estrangeira		VC + 3,68% a.a.	5.758	45.331	5.758	45.331
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)		8,00% a.a.	20.335	502	20.335	502
FINEP (d)		6,25% a.a.	5.204	2.966	5.204	2.966
Nota de Crédito de Exportação (e)		10,81% a.a. ¹	20.584	12.602	20.584	12.602
Lei nº 4.131 (f) - (nota 7)		9,80% a.a. + CDI	7.497	354	7.497	354
Arrendamento financeiro (g)		9,72% a.a. ¹	1.007	917	1.007	917
BNDES - Progeren (h)		8,47% a.a. ¹	15.168	-	15.168	-
PRODEC (i)		4,00% a.a. + UFIR	5.632	1.955	5.632	1.955
FINAME (j)		3,00% a.a.	11	-	11	-
Capital de giro (k)		11,33% a.a. ¹	9.872	10.957	9.872	10.957
Total moeda nacional		8,95% a.a.	85.310	30.253	85.310	30.253
Total do circulante			91.068	75.584	91.068	75.584
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,20% a.a. ¹	1.544	2.675	1.544	2.675
Pré-pagamento (a)	Mai/2018	VC+4,25% a.a. ¹	10.249	-	10.249	-
Total moeda estrangeira		VC + 4,51% a.a.	11.793	2.675	11.793	2.675
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)	Set/2015	8,00% a.a.	30.000	-	30.000	-
FINAME /POC						
FINEP (d)	Set/2018	6,25% a.a.	19.318	13.926	19.318	13.926
Nota de Crédito de Exportação (e)	Dez/2017	10,81% a.a. ¹	48.000	-	48.000	-
Lei nº 4.131 (f) - (nota 7)	Dez/2017	9,80% a.a. + CDI	42.857	50.000	42.857	50.000
Arrendamento financeiro (g)	Mai/2015	9,72% a.a. ¹	476	1.483	476	1.483
BNDES - Progeren (h)	Mar/2016	8,47% a.a. ¹	17.083	-	17.083	-
PRODEC (i)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	26.128	21.932	26.128	21.932
FINAME (j)	Set/2015	3,00% a.a.	5.445	-	5.445	-
Capital de giro			-	-	966	915
Total moeda nacional		8,29% a.a.	189.307	87.341	190.273	88.256
Total do não circulante			201.100	90.016	202.066	90.931
Total			292.168	165.600	293.134	166.515

¹ Taxa média

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

a) Pré-pagamento e Adiantamento de Contrato de Câmbio – contratos celebrados em: (i) 2010 e 2011 de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431, com prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A.; e (ii) junho de 2013 de PPE, no valor de US\$ 5,000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em setembro de 2013 e como garantia foram dados 100% penhor mercantil.

b) FINIMP (linhas de crédito para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) – contratos celebrados de novembro de 2012 a setembro de 2013 no valor de R\$ 33 milhões, com prazo médio de 180 dias, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Estes

contratos não possuem cláusulas restritivas e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de R\$ 6 milhões na média de 17,42% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-Embarque – Exim Pré-Embarque – contratos celebrados em: (i) agosto de 2013 no montante de R\$ 30 milhões, com vencimento em 12 parcelas mensais, sendo a primeira em setembro de 2014 e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; e (ii) setembro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões, com vencimento em 18 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 e como garantia foram dados 100% penhor mercantil e hipoteca de imóveis da Portobello S.A.

d) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – contrato celebrado em maio de 2010 no valor de até R\$ 30 milhões, com juros de 5% ao ano e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13 milhões, foi totalmente liberada em setembro de 2010 e a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572, foi liberada em dezembro de 2012. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 1,25% ao ano.

e) NCE (Nota de Crédito de Exportação) – contratos celebrados em: (i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com vencimento em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira em 05 de janeiro de 2015 e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato; (ii) fevereiro de 2013, no valor de R\$ 10 milhões com vencimento do principal em fevereiro de 2016. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação clean no que se refere a garantias; (iii) abril de 2013, no valor de R\$ 30 milhões, com vencimento em 5 parcelas semestrais (abril, outubro de 2014 e abril e outubro de 2015 e abril de 2016). Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; e (iv) junho de 2013, no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em agosto de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

f) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI – contratos celebrados em: (i) dezembro de 2012 no valor de R\$ 50 milhões, com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

g) Arrendamento Financeiro – contratos celebrados em: (i) maio de 2012 junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2,5 milhões, com prazo de 36 meses; e (ii) julho de 2012, junto a HP Hewlett Packard no valor de R\$ 450 mil com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados

h) BNDES (Progeren) – contrato celebrado em: (i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, sem garantias; e (ii) março de 2013, no valor de R\$ 10 milhões também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias.

i) PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (11,08% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

j) FINAME (cédula de crédito industrial) – contrato celebrado de maio de 2013 a setembro de 2013, no valor de R\$ 5,5 milhões com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses. Para esse contrato foram dados como garantia os equipamentos financiados.

k) Nota de Crédito Bancário – contrato de capital de giro celebrado em junho de 2013, no valor de R\$ 18 milhões, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em agosto de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2013, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 42), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 30.122.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de janeiro	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	-	18.055	-	18.055
2015	96.818	25.580	96.818	25.580
2016	55.933	26.963	55.933	26.963
2017	39.155	17.217	39.155	17.217
2018	6.032	2.201	6.998	3.116
2019 a 2023	3.162	-	3.162	-
Total	201.100	90.016	202.066	90.931

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Reais	274.617	117.594	275.583	118.509
Euros	285	714	285	714
Dólares dos Estados Unidos	17.266	47.292	17.266	47.292
Total	292.168	165.600	293.134	166.515

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 8,24% (6,26% em 31 de dezembro de 2012).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	1.101	1.107
Mais de um ano e menos de cinco anos	492	1.592
Total	1.593	2.699
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(110)	(299)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.483	2.400
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	1.007	917
Mais de um ano e menos de cinco anos	476	1.483
Total	1.483	2.400

23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	11	3.193	6.302
	IPI	Dez/09	11	2.169	4.281
	PIS e COFINS	Mar/09	2	151	998
	IRPJ e CSLL	Mar/09	2	269	1.785
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	130	109.974	118.224
Total Controladora				115.756	131.590
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	10	245	507
	IRPJ, CSLL e COFINS	Mar/09	2	107	704
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	130	588	606
Total Controlada				940	1.817
Total Consolidado				116.696	133.407

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Vencimento				
2013	-	22.031	-	22.962
2014	17.674	16.958	18.080	17.341
2015 a 2023 (*)	89.765	84.753	90.251	85.214
2024	8.317	7.848	8.365	7.890
Total	115.756	131.590	116.696	133.407

(*) Em dezembro de 2013 e dezembro de 2012 respectivamente, as parcelas anuais agrupadas serão de R\$ 9.974 e R\$ 9.417 para a Controladora e R\$ 10.028 e R\$ 9.468 para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.272 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 16.

b) Lei 12.865/2013 (MP 615/2013) – Pagamento e parcelamento de débitos fiscais federais (Refis)

Em 9 de outubro de 2013 foi publicada a lei 12.865/2013 (conversão da MP 615/2013), que dentre outras disposições, introduziu novas modalidades de pagamento ou parcelamento de débitos fiscais federais e a reabertura dos prazos de adesão ao intitulado Refis da Crise, instituído pela Lei no 11.941/2009, e ao programa previsto na Lei 12.249/2010.

A Administração aderiu a esse programa de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, e em 25 de novembro de 2013 o Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou a adesão ao parcelamento estabelecido pela Lei 12.865/13 acerca dos débitos fiscais decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa 26), optando pelo pagamento a vista, mediante redução integral de multa e juros. A proposta de adesão foi analisada e recomendada através de parecer jurídico.

O valor da provisão foi de R\$ 36.236 em 30 de novembro de 2013 (data da adesão ao parcelamento), e foi quitado o montante de R\$ 29.801, gerando como reflexo no resultado uma receita de R\$ 6.435, destes R\$ 6.228 reconhecidos na rubrica atualização de contingências no resultado financeiro (nota explicativa 35).

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do

“aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 14.542 em 31 de dezembro de 2013, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
IRRF	1.065	1.188	1.123	1.397
ICMS	3.885	3.551	3.889	3.552
PIS	279	304	339	365
COFINS	1.283	1.399	1.560	1.680
Outros	229	103	401	251
Total	6.741	6.545	7.312	7.245

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	4.671	4.533	4.727	4.575
Trabalhistas	13.511	11.288	13.511	11.288
Tributárias	2.305	35.051	2.305	35.051
Total	20.487	50.872	20.543	50.914
Circulante	14.600	1.288	14.635	1.322
Não Circulante	5.887	49.584	5.908	49.592

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.533	11.288	35.051	50.872
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.001	2.752	5.466	10.219
Provisões adicionais	1.486	1.404	1.871	4.761
Reversões por não utilização	(269)	(487)	(149)	(905)
Atualização monetária (nota 33)	784	1.835	3.744	6.363
Reversões por realização	(1.863)	(529)	(38.212)	(40.604)
Em 31 de dezembro de 2013	4.671	13.511	2.305	20.487

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2012	4.575	11.288	35.051	50.914
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.599	2.752	5.466	11.817
Provisões adicionais	3.011	1.404	1.871	6.286
Reversões por não utilização	(269)	(487)	(149)	(905)
Atualização monetária (nota 33)	857	1.835	3.744	6.436
Reversões por realização	(3.447)	(529)	(38.212)	(42.188)
Em 31 de dezembro de 2013	4.727	13.511	2.305	20.543

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 188 ações cíveis (112 ações em 31 de dezembro de 2012), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa nº 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 355 reclamações trabalhistas (281 reclamações em 31 de dezembro de 2012), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa nº 27.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2013 soma R\$ 2.305 (R\$ 2.197 em 31 de dezembro de 2012).

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A baixa dos valores das provisões para contingências tributárias, referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS, nas contribuições do PIS e da COFINS, é por conta da adesão do parcelamento conforme descrito na nota explicativa 23b no montante de R\$ 36.236.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Cíveis	1.967	927	2.211	967
Trabalhistas	12.009	10.839	12.009	10.839
Total	13.976	11.766	14.220	11.806

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 39 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.544 (R\$ 2.918 em 31 de dezembro de 2012) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2013 para controladora e consolidado, apresenta um superávit R\$ 9.547 (superávit de R\$ 3.641 em 31 de dezembro de 2012), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial". Já sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, a Companhia registrou ganho atuarial de R\$ 4.351 (perda de R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2012) como outros resultados abrangentes. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão apresentados na tabela abaixo.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Valor justo dos ativos do plano	56.716	56.984	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	12.574	(10.652)
Valor presente das obrigações financiadas	(47.169)	(53.343)	Ganho (perda) nos ativos do plano	(8.223)	9.353
Ativo (passivo) atuarial líquido	9.547	3.641	Ganho (perda) atuarial	4.351	(1.299)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2012	56.984	42.305	Em 31 de dezembro de 2012	53.343	38.468
Benefícios pagos no ano	(1.173)	(786)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.539	1.606
Contribuições participante vertidas no ano	921	792	Juros sobre obrigação atuarial	6.033	3.403
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.761	1.577	Benefícios pagos no ano	(1.173)	(786)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	6.446	3.743	Obrigações - (ganho) ou perda	(12.573)	10.652
Ativos - ganho ou (perda)	(8.223)	9.353			
Em 31 de dezembro de 2013	56.716	56.984	Em 31 de dezembro de 2013	47.169	53.343

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.539)	(1.606)
Juros sobre as obrigações atuariais	(6.033)	(3.403)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	6.445	3.743
Contribuições de participantes no ano	921	792
Receita (despesa) líquida *	(206)	(474)

* Nota explicativa 33

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2013 uma receita de R\$ 1.761 (R\$ 1.577 em 31 de dezembro de 2012), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 33).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
Econômicas e financeiras	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Taxa anual de juros	11,31% a.a. nominal (inflação+ 6,52%a.a. real)	8,85% a.a. nominal (inflação+ 4,16%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	11,31%	8,85%
Inflação de longo prazo	4,50%	4,50%
Projeção de crescimento salarial	5,55% a.a. (inflação+1% a.a. real)	6,59% a.a. (inflação+2% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98

Biométrica e demográficas	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Hipótese sobre rotatividade	Nula ⁽¹⁾	Nula ⁽¹⁾
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Conjugada Álvaro Vindas	Hunter Conjugada Álvaro Vindas
Aposentadoria	Elegibilidade ⁽²⁾	Elegibilidade ⁽²⁾
Composição familiar antes da aposentadoria		
Probabilidade de casados	100% ⁽³⁾	100% ⁽³⁾
Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 5 anos mais velho que a mulher	Homem 5 anos mais velho que a mulher
Número de filhos dependentes	- ⁽⁴⁾	- ⁽⁴⁾
Idade dos filhos	- ⁽⁴⁾	- ⁽⁴⁾
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

⁽¹⁾ Hipótese de rotatividade: A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial: 0-10 SM: 0,45 / (TS+1); 10-20 SM: 0,30 / (TS+1); mais de 20 SM: 0,15 / (TS+1), onde SM corresponde ao salário mínimo vigente.

⁽²⁾ Probabilidade de entrada em aposentadoria: 50% na primeira data de elegibilidade a Aposentadoria Antecipada, 10% por ano até a data da primeira elegibilidade a Aposentadoria Normal e 100% na data da primeira elegibilidade à Aposentadoria Normal.

⁽³⁾ Probabilidade de que, na data do óbito, será gerada uma pensão por morte para dependente vitalício.

⁽⁴⁾ Tendo em vista as disposições regulamentares, considerando-se 100% do benefício como cota familiar, optou-se por não utilizar filhos na família padrão, dada a utilização de dependente vitalício em 100% dos óbitos.

28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Remuneração	89.905	75.664	95.704	80.902
Benefícios				
Plano de previdência	996	636	1.167	900
FGTS	7.198	6.753	7.723	7.061
Outros	9.055	7.852	9.340	8.132
Total	107.154	90.905	113.934	96.995

29 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida².

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 5.868 na controladora e R\$ 6.238 no consolidado (R\$ 2.176 na controladora e R\$ 2.623 no consolidado em 31 de dezembro de 2012).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 46.065 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 30 de Abril de 2013 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 5.266, onde R\$ 5.000 provém da rubrica Reserva de Lucros e R\$ 267 da Reserva de Capital, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2013 havia 63.488.187 ações em circulação, o equivalente a 39,92% do total de ações emitidas (61.992.352 em 31 de dezembro de 2012, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria e as em tesouraria.

b) Ações em tesouraria

Em 1994 a Portobello S/A celebrou acordo de cooperação financeira com o *International Finance Corporation* (IFC) e como obrigação acessória, assumiu o compromisso de fomentar a participação de seus funcionários no seu quadro societário através da oferta de ações, possibilitando que fossem financiadas direto com a Companhia, mediante desconto em folha de pagamento.

Já em 1997, como alguns funcionários não tinham mais interesse em continuar amortizando o financiamento, assinaram um termo de desistência transferindo a posse destas ações novamente para a Companhia, que as executou no quarto trimestre de 2013, reconhecendo-as como ações em tesouraria conforme aprovação do Conselho de Administração em outubro de 2013.

A Companhia registrou as ações em tesouraria a valor de mercado, levando em consideração os estudos realizados na época, que verificaram que o valor do custo histórico do ativo que originou as ações era superior ao valor de mercado na data da contabilização. Por isso as ações foram avaliadas pelo valor de mercado, registradas no resultado do exercício, e as cotações correspondem ao dia de cada transferência que foi entre outubro e dezembro de 2013, cotação média de R\$ 4,90, no montante de R\$ 2.545.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 2013, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 7.808 (R\$ 3.283 em 31 de dezembro de 2012) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Dividendos

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro líquido do exercício	90.496	65.664
Constituição da reserva legal (5%)	(4.525)	(3.283)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	85.971	62.381
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	3.658	1.853
Dividendos propostos	17.836	13.742
Dividendos adicionais propostos	8.597	-
Total dos dividendos anuais	30.091	15.595

Os dividendos são equivalentes a 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia.

e) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 41.785 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme proposta de orçamento de capital, aprovado na Assembleia Geral dos acionistas em 2013, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Reserva de lucros a destinar

O montante da “Reserva de lucros a destinar” em 31 de dezembro 2013 é de R\$ 66.058 (46.786 em 31 de dezembro de 2012) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2013, após a destinação de 5% para reserva legal e de 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação da reserva em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

g) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada

em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 42.133 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 43.713 em 31 de dezembro de 2012), a despesa de depreciação da reavaliação, no trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.579 em 31 de dezembro de 2012), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.396 (R\$ 17.933 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15(b).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receita bruta de vendas	995.212	830.500	1.053.849	882.769
Deduções da receita bruta	(213.574)	(171.011)	(219.817)	(176.298)
Impostos sobre vendas	(189.877)	(156.564)	(195.999)	(161.796)
Devoluções	(23.697)	(14.447)	(23.818)	(14.502)
Receita líquida de vendas	781.638	659.489	834.032	706.471
Mercado interno	712.427	609.055	756.677	653.091
Mercado externo	69.211	50.434	77.355	53.380

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(24.331)	(18.188)	(24.331)	(18.188)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	252.996	226.358	250.282	224.186
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	32.422	31.719	32.422	31.719
Custo das mercadorias revendidas	175.493	129.684	177.082	131.045
Salários, encargos e benefícios a empregados	122.631	112.087	130.764	119.451
Mão de obra e serviços de terceiros	20.475	17.946	28.263	23.989
Amortização e depreciação	18.058	15.511	18.152	15.556
Comissões sobre vendas	18.380	15.114	18.558	15.135
Outras despesas comerciais	38.962	29.159	50.407	37.381
Outras despesas administrativas	3.811	3.066	4.074	3.269
Total	658.897	562.456	685.673	583.543

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	2.408	3.654	367	1.031
Créditos tributários (a)	3.809	3.833	3.809	3.833
Contrato de exclusividade bancária	-	2.100	-	2.100
Atualização atuarial (nota 28.1)	1.761	1.577	1.761	1.577
Outras receitas	1.119	518	1.074	466
Total	9.097	11.682	7.011	9.007
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(2.071)	(1.224)	(3.949)	(1.810)
Provisão para participação no resultado (b)	(8.895)	(7.057)	(9.704)	(8.367)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(3.693)	(2.176)	(3.616)	(2.623)
Reversão da provisão de irrecuperabilidade do ativo	2.545	-	2.545	-
Atualização atuarial (nota 28.1)	(206)	(474)	(206)	(474)
Outras despesas	(2.777)	(710)	(2.848)	(5.141)
Total	(15.097)	(11.641)	(17.778)	(18.415)
Total líquido	(6.000)	41	(10.767)	(9.408)

(a) Em 2013 refere-se a valor referente crédito para compensação de impostos - Reintegra Lei 12.546/11.

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Variação cambial líquida		
Contas a receber	2.238	4.187
Fornecedores	(1.228)	(830)
Comissões	111	(15)
Total	1.121	3.342

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receitas financeiras				
Juros	5.175	1.688	6.211	1.842
Atualização de ativos	13.005	13.413	13.005	13.413
Outros	500	823	558	885
Total	18.680	15.924	19.774	16.140
Despesas financeiras				
Juros	(19.221)	(14.442)	(19.538)	(14.678)
Encargos financeiros com tributos	(7.276)	(9.597)	(7.358)	(9.762)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(4.180)	(4.309)	(4.258)	(4.315)
Pis e Cofins BC reduzida - redução multa e juros (nota 23b)	6.228	-	6.228	-
Comissões e taxas de serviços	(2.623)	(1.557)	(2.679)	(1.582)
Outros	(5.489)	(3.815)	(5.764)	(3.858)
Total	(32.561)	(33.720)	(33.369)	(34.195)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(5.994)	(3.635)	(5.994)	(3.635)
Total	(5.994)	(3.635)	(5.994)	(3.635)
Total líquido	(19.875)	(21.431)	(19.589)	(21.690)

36 Resultado de operações descontinuadas

Em agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são as disponibilidades R\$ 326 (R\$ 355 em 31 de dezembro de 2012), dívidas com pessoas ligadas R\$ 47.975 (R\$ 41.851 em 2012), e patrimônio líquido R\$ 47.649 (R\$ 41.496 em 2012).

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 18), considera a porção das

operações da Controladora na operação descontinuada. No exercício de 2013, o resultado das operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 75, representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse período.

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Acumulado			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	90.496	65.664	90.496	65.664
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (a)	158.489	159.009	158.489	159.009
Lucro básico por ação	0,57	0,41	0,57	0,41
Resultado das operações continuadas	90.496	65.664	90.571	65.137
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(75)	527
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	159.009	158.489	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,57099	0,41296	0,57147	0,40964
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00047)	0,00331

(a) Excluindo-se as ações em tesouraria

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013 aprovou a proposta da Administração para destinação de parte do resultado de 2012 a título de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.595, sendo que do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios, deduziu-se o montante pago em 28 de dezembro de 2012, sendo R\$ 1.853 a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, e R\$ 5.104 a título de dividendos.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 12 de agosto de 2013 para pagamento no exercício de 2013 o total de R\$ 2.796 a título de dividendos intermediários e R\$ 4.170 a título de juros sobre capital próprio (R\$ 3.658 líquido de imposto de renda). Com esta deliberação, o montante pago em 26 de setembro de 2013 foi de R\$ 6.959 (R\$ 6.454, líquido de imposto de renda). A Administração irá propor distribuir dividendos adicionais de 10%. Se aprovada, o montante a pagar será de R\$ 23.635

cuja data de pagamento será deliberada após a Assembleia Geral Ordinária. Desta forma a remuneração total a ser distribuída aos acionistas, será de R\$ 30.091mil.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	726.471	107.561	834.032	653.091	53.380	706.471
Custo dos produtos vendidos	(461.924)	(68.355)	(530.279)	(421.463)	(34.589)	(456.052)
Lucro operacional bruto	264.547	39.206	303.753	231.628	18.791	250.419
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(145.233)	(19.807)	(165.040)	(126.320)	(7.237)	(133.557)
Vendas, gerais e administrativas	(136.444)	(18.950)	(155.394)	(120.751)	(6.740)	(127.491)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.652)	(1.115)	(10.767)	(8.655)	(753)	(9.408)
Outros ganhos (perdas), líquidos	863	258	1.121	3.086	256	3.342
Resultado operacional antes do resultado financeiro	119.314	19.399	138.713	105.308	11.554	116.862
% sobre a ROL	16%	18%	17%	16%	22%	17%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de dezembro de 2013 somam o montante de R\$ 11.376.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 891 e R\$ 367 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos é de R\$ 987 e R\$ 277 respectivamente.

41 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$

5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de fevereiro de 2013 até 14 de fevereiro de 2014, prorrogado até 14 de abril de 2014 quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	2.934	2.073
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	22	-
Contas a receber	Portobello América, Inc.	-	41.839
Créditos com Controladas - Circulante		22	41.839
Contas a receber	Portobello América, Inc.	47.962	-
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	4.461	3.424
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.886	1.945
Créditos com Controladas - Não Circulante		55.309	5.369
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	94.540	100.398
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.426	1.207
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(1.305)	(1.773)
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	580	1.022
		701	456

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	Acumulado	
		31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	6.120	6.115
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	16.318	15.706
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	8.069	6.909
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.376	429
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(4.025)	(3.384)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(2.713)	(2.174)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(320)	(184)
		25.825	23.417

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Não foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Neste exercício a Companhia apresenta o saldo de contas a receber da Portobello América Inc no ativo não circulante, considerando a intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Natureza	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	1.108	211	Royalties	3.548	4.027
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	588	137	Royalties	1.692	1.776
		1.696	348		5.240	5.803

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Remuneração fixa				
Salários	8.391	6.982	9.720	8.047
Honorários	3.490	2.201	3.861	3.416
Remuneração variável	6.019	3.107	7.496	4.029
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	933	439	1.088	686
Outros	1.213	1.032	1.464	1.259
Benefícios por desligamento	36	191	255	193
	20.082	13.952	23.884	17.630

43 Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013 ("MP 627")

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397").

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não seja feita a opção pela adoção antecipada, não há riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013.